



VOO GOL 1907
Veículo: Site Folha Online
Seção: *****
Coluna: *****
Jornalista: *****
Data: 05 de fevereiro de 2010
Cm/col: 28

Link: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u689948.shtml>

Justiça de MT notifica pilotos do jato Legacy sobre novo processo criminal

Os pilotos americanos Joe Lepore e Jan Paul Paladino, que comandavam o jato Legacy no momento em que ele se chocou com o Boeing da Gol em setembro de 2006, foram notificados sobre o novo processo em andamento contra eles na Justiça Federal de Mato Grosso pelo acidente que causou a morte dos 154 ocupantes do **voo 1907** da empresa

A nova denúncia --de atentado contra a segurança do transporte aéreo nacional, na modalidade culposa (sem intenção)-- se baseia em dois laudos que apontam condutas erradas dos pilotos: a de que eles omitiram a informação de que o jato não tinha autorização para voar em uma área tida como espaço aéreo especial e a de que não fizeram uso do TCAS (sistema anticollisão) em nenhum momento durante o voo.

Jorge Araújo/19.abr.2007/Folha Imagem



Destroços do avião da Gol que fazia o voo 1907 caíram em área de mata fechada; os 154 ocupantes do Boeing morreram

Os laudos concluíram que o plano de voo fornecido pela Embraer --fabricante do jato-- à ExcelAire continha uma informação falsa, a de que o jato poderia voar a uma distância de mil pés (cerca de 304 metros), quando deveria ficar, ao menos, a cerca de 2.000 pés (pelo menos 600 metros) de distância da outra aeronave.

Isso ocorre porque a ExcelAire não havia incluído o aparelho em suas especificações operativas e atendido aos critérios constantes do Regulamento Brasileiro de

Homologação Aeronáutica. O jato somente poderia voar a mil pés --conforme preceito do RVSM, sigla para separação vertical mínima reduzida-- caso viesse a ser autorizado pelo DAC (Departamento de Aviação Civil), o que não ocorreu, segundo a Procuradoria.

A denúncia contra os pilotos já tinha sido apresentada em junho do ano passado, e aguardava a citação dos dois, que foi feita agora, após eles serem notificados. Agora, a defesa dos pilotos terá dez dias para apresentar a defesa escrita e, com isso, o juiz decidirá se absolve os dois ou se o processo segue para a produção de provas.

Este é o segundo processo movido contra os pilotos. Em dezembro de 2008 o juiz federal de Sinop (MT) Murilo Mendes absolveu os dois da acusação de negligência pela conduta relacionada a adoção de procedimentos de emergência e eventual falha de comunicação com o Cindacta (Centro Integrado de Defesa Aérea e de Controle de Tráfego Aéreo).

Apesar disso, a decisão de absolvição dos pilotos foi suspensa pelo TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª Região em janeiro deste ano. Para o desembargador Cândido Ribeiro, relator do caso, foi detectada pouca familiaridade dos pilotos com o avião e, por isso, a acusação de negligência por parte deles foi mantida.

Suspensão de licença

Em dezembro de 2009, o advogado Dante D'Aquino, representante da Associação dos Parentes e Amigos das Vítimas do Voo 1907, pediu a cassação da licença dos dois pilotos. O documento foi entregue para representantes da FAA (Federal Aviation Administration) e da NTSB (National Transportation Safety Board).

De acordo com a associação, o pedido tem como base outros casos de suspensão de pilotos pelo governo norte-americano, por ficarem como o equipamento de comunicação da aeronave desligado. Apesar disso, o pedido não tem valor judicial.